

## FOUCAULT: INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Thiago Sant'Anna da Silva (UERJ)

Fernando F. P. de Freitas (UERJ)

A História da Loucura está completando cinco décadas da sua 1ª edição. Embora muito já se tenha discutido a respeito dessa obra, a nossa proposta é rediscuti-la no contexto da Reforma Psiquiátrica, tal como ela vem sendo construída no Brasil nas últimas décadas.

O tema central de História da Loucura que queremos resgatar é o da “racionalidade”. Do nascimento da psiquiatria moderna na idade clássica, aos movimentos de reforma ocorridos nas décadas de 60 e 70 na Europa e nos Estados Unidos, passando pelo que chamamos de “atenção psicossocial” para designar a assistência prestada com pretensões de ser de natureza pós-asilar, o que está em questão é a herança da crítica com relação à “razão psiquiátrica” desenvolvida em História da Loucura, ao pôr em evidência a violência feita em nome da Razão. Por um lado, há o pessimismo com respeito à Razão, que historicamente se encarna na metafísica, na natureza, na economia, na burocracia, na técnica, na ciência, no progresso. Por outro lado, há o otimismo da prática, justificada pela Razão encarnada nos processos de individuação pela socialização, onde o eu, o tu, e o ele/ela – “o outro generalizado” - se constituem graças ao reconhecimento mútuo das pretensões de validade de suas interações.

A perspectiva que propomos enquanto leitura de História da Loucura é que com Foucault aprendemos como historicamente se deu a colonização do mundo intersubjetivamente compartilhado pelos imperativos da racionalidade instrumental institucionalizada pela psiquiatria. Por conseguinte, sendo a racionalidade instrumental inerente ao próprio paradigma psiquiátrico, não há lugar para a loucura enquanto o “outro” da razão, senão a “exclusão” da diferença como condição para a sua “inclusão” enquanto meio para atingir aos seus fins. Assim sendo, a crise sistemática da instituição psiquiátrica, a despeito dos seus movimentos reformistas, põe em evidência os limites da

“racionalidade com relação aos fins”. O que talvez explique o por quê da afirmação de Foucault no Prefácio à 1ª. edição de sua obra: “lirismos revolucionários”. As reformas da instituição psiquiátrica seriam formas imaginárias da mesma “ordem simbólica” estruturada e estruturante da Razão instrumental. Nesse sentido, a desospitalização se torna um affaire de medidas de ordem econômica e burocrática (a “racionalização sistêmica”); a assistência no território, um deslocamento do poder institucional psiquiátrico para as redes sociais no interior da comunidade (a “gestão dos riscos”); os discursos antiinstitucionais, não passando de uma retórica ideológica (o “esquecimento da prática”).

Não obstante não nos faltarem motivos para o pessimismo, as nossas práticas inscritas pelos princípios da “desinstitucionalização” psiquiátrica nos levam a considerar que essas experiências encarnam uma outra Razão – a Razão própria ao “agir comunicativo” (Habermas). Estão aí as experiências do cotidiano dos trabalhadores em saúde mental, dos usuários e seus familiares. Nesse sentido, são reinventadas formas assistenciais que procuram subordinar os serviços aos imperativos que a diversidade das pessoas em sofrimento psíquico exige. A desospitalização passa a ser condição estrutural e estruturante para a reprodução da intersubjetividade, que por natureza depende da variedade quase que infinita das formas de existir próprias aos espaços e ao tempo de sua sociedade. A assistência no território é a abertura para a complexidade das redes sociais e as formas de reconhecimento e de seu desrespeito. Finalmente, os discursos de desinstitucionalização passam a ser inseparáveis dos critérios normativos da autonomia e da auto-realização dos sujeitos, apenas possíveis na medida em que a desmedicalização de suas existências seja um desafio do cotidiano.

A crítica radical à razão promovida por Foucault em História da Loucura nos leva ao campo da razão instrumental. Eis a racionalização enquanto “reificação” (Lukács). A razão instrumental é aquela que se afasta de seu elemento original, o mundo intersubjetivamente compartilhado. Mas a razão instrumental não se dissolve no vazio ou na ausência de conteúdo: ela se encontrará ordenada de outra maneira e se sustentará na obediência daquilo que não é ordenado pela linguagem necessária ao entendimento entre

diferenças. Pode-se dizer que a razão instrumental, na medida em que se automatizam os meios de reprodução do mundo intersubjetivo, é o próprio declínio de nossas condições para a obtenção de um consenso sem violência, e a compensação dessa perda por meio de meios técnicos. Quando os valores instrumentais se universalizam, tais como dinheiro e poder, eles se transformam em meios reguladores substituindo a linguagem como mecanismo de coordenação das ações, as estruturas do mundo-de-vida são desprovidas de seu meio de reprodução.

Nos dias de hoje, desdobramentos científicos como as Neurociências, a Genética, a Psicofarmacologia, entre outros, colocam toda a população no alcance da medicalização, submetida a um saber que se diz avançado. Assim, ao invés da estrutura de exclusão inaugurada pelo cogito cartesiano e denunciada por Foucault em *A História da Loucura*, nos encontramos hoje numa estrutura de inclusão, onde todos nós somos possíveis consumidores de produtos (materiais ou não) que ofereçam a dita “saúde mental”. Um dos principais riscos é que a Reforma Psiquiátrica também se transforme numa ferramenta deste processo.